



XV Congresso do POR

janeiro 2020



POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **MASSAS**
DE BEM-ORGANIZAÇÃO E BEM-ORGANIZADAS

XV
Congresso
do POR

Janeiro de 2020

Índice

Apresentação	5
Documentos aprovados	9
Teses sobre a situação Internacional	9
Resolução Nacional	28

Apresentação

O XV Congresso do POR realizou-se nos dias 25 e 26 de janeiro. Foram aprovadas as teses internacional e nacional. Discutiu e aprovou o balanço sobre a crise revolucionária na Bolívia. O Congresso ainda decidiu sobre o balanço de atividades. E elegeu a nova direção.

Estiveram presentes, representantes do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), das seções boliviana e argentina. O Congresso concluiu com uma saudação do camarada Ramon da seção argentina. Os delegados e convidados, de pé, com os punhos cerrados, cantaram o hino da Internacional.

No dia 27, foi realizada a Escola de Quadros, que teve por tema “A Luta da Juventude pelo Socialismo”. A discussão evidenciou a importância da elaboração coletiva. Como resultado da discussão, foram extraídas as tarefas da luta juventude contra a opressão capitalista e pelo socialismo.

Este folheto contém apenas as teses internacional e nacional. O balanço da crise revolucionária na Bolívia está publicado no Boletim Internacional do CERQUI. E a resolução sobre a juventude se encontra no Jornal Massas, nº 603, de fevereiro. É bom assinalar que, nos dias 1 e 2 de fevereiro, ocorreu a IV Conferência do CERQUI. O Boletim a que nos referimos traz a tese internacional, o balanço da crise na Bolívia

(apresentada pelo POR boliviano), as resoluções sobre o Chile, Colômbia, centrismo e sobre a opressão da mulher. Nota-se que o XV Congresso do POR e a IV Conferência do CERQUI constituem uma unidade.

As teses internacionais evidenciam o estágio de decomposição do capitalismo, o recrudescimento da guerra comercial, a potenciação das tendências bélicas e a necessidade dos explorados de responderem à bárbarie. A luta de classes na América Latina ocupa um lugar, em especial, em ambas as teses.

A crise mundial de direção revolucionária comparece em cada combate da classe operária e dos demais explorados às contrarreformas, ao avanço do desemprego, da pobreza e da miséria. Verifica-se que a luta de classes, que se processa em inúmeros países, põe à tona as particularidades da crise de direção. Um exemplo extraordinário se encontra no levante das massas chilenas. A crise revolucionária na Bolívia, por sua vez, se projetou, principalmente, na América Latina, devido à presença do Partido Operário Revolucionário (POR). Trata-se de uma experiência que traz grandes lições, para potenciar a vanguarda revolucionária e impulsionar o internacionalismo proletário. No Brasil, a classe operária e demais oprimidos se dispuseram a lutar pela derrubada das reformas trabalhista e previdenciária. Sofreram duas traições de suas direções sindicais. As greves na França são reconhecidas como muito importantes para a luta de classes mundial, uma vez que ocorrem em um país imperialista europeu, cuja tradição revolucionária do proletário se conserva como patrimônio de todos os explorados.

Descrevemos, resumidamente, os acontecimentos que são analisados e que se encontram na base das teses internacional e nacional do XV Congresso do POR-Brasil.

Esta publicação demonstra o esforço de intervenção dos marxista-leninista-trotskistas nos principais acontecimentos da luta dos trabalhadores. O POR é um partido em construção, cujo percurso está alicerçado no programa e na transformação das experiências em conquistas programáticas.

O XV Congresso reforçou a orientação de despender o maior esforço na penetração das ideias revolucionárias no proleta-

riado, classe revolucionária que derrubará a burguesia, instaurará um governo operário e camponês como expressão da ditadura do proletariado, expropriará a propriedade privada dos meios de produção e a transformará em propriedade social. Esse empenho tem como base o internacionalismo marxista e, portanto, a tarefa de superar a crise de direção mundial. O POR se reconhece como instrumento de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, constituído pela III Internacional da época de Lênin e preservado programaticamente pela IV Internacional, liderada por Trotsky.

Esperamos que a vanguarda consciente leia criticamente as teses do XV Congresso e se disponha a fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário.

*Pelo Comitê Central, Atilio de Castro
13 de fevereiro de 2020*

Teses sobre a situação Internacional

1. Os levantes das massas no continente latino-americano, e também no Oriente Médio e África, expressam uma mudança significativa na situação política mundial. As massas saem às ruas, enfrentam a repressão de forma heroica, se lançam contra os governos de plantão, e levantam reivindicações que permitem uma grande unidade. Essas reivindicações e as lutas das massas ao redor delas são a resposta às medidas da burguesia de todas as latitudes para tentar responder à crise aberta em 2008/2009. A quebra financeira de 2008/2009, que se manifestou com maior intensidade nos EUA e Europa, e depois se espalhou pelo mundo, marcou a abertura de um período de crise econômica mundial, que se iniciou com recessão, e perdura até hoje, com oscilações ao redor da estagnação geral. A resposta dos capitalistas e seus governos foram a estatização das dívidas das multinacionais e dos bancos, de um lado; e o lançamento de uma grande ofensiva sobre as condições de vida e trabalho das massas, que tem destruído fisicamente e rebaixado em geral o valor da força de trabalho, de outro. Essa ofensiva se dá por meio de medidas que atacam os salários diretos e indiretos (direitos sociais). Busca a reconcentração de mercados e capitais, nas mãos do capital financeiro internacional, por meio do protecionismo nos

países imperialistas, e desnacionalização nos países atrasados. As consequências da aplicação dessas medidas pelos governos, sejam eles de direita ou esquerda, apesar das diferenças de grau, recaem sobre as massas de forma avassaladora. A miséria se agigantou, ao mesmo tempo em que a riqueza se concentrou ainda mais. Mesmo que as direções das organizações dos movimentos busquem, desesperadamente, os meios da conciliação de classes, e evitar que as massas se unam e se choquem com a democracia e os governos burgueses, as medidas dos governos as atingem de conjunto, e assim se criam as condições para uma resposta geral, coletiva, unitária, em cada país. As respostas das massas se chocam frontalmente com os governos, mas essas não podem instaurar um poder próprio, devido à ausência da direção revolucionária, à manutenção da capacidade repressiva do Estado burguês e à política das direções conciliadoras e traidoras. Os movimentos que vemos se levantar, neste momento, nos continentes, expressam bem a contradição entre a maturidade das condições objetivas para a revolução socialista, de um lado; e a imaturidade das condições subjetivas, a crise de direção revolucionária do proletariado, a falta de um partido mundial da revolução socialista, de outro.

2. Na maioria desses levantes, a classe operária não intervém de forma organizada. Grande parte deles é encabeçada pela classe média, a pequena burguesia, por seu setor mais aruinado. A classe operária mundial paga caro pela liquidação de sua direção revolucionária pelo estalinismo, pela dissolução da III Internacional Comunista, e pelo controle de suas organizações gerais pelas mais diversas correntes políticas oportunistas, reformistas, centristas, nacionalistas ou mesmo direitistas. A política de conciliação de classes prevalece nos sindicatos e centrais operárias. Isso apesar do fato de que, na época de decomposição do capitalismo, em sua fase imperialista, não há lugar para direções reformistas que façam dos sindicatos instrumentos progressivos, de luta pelas reivindicações. Na época em que vivemos, os sindicatos só podem cumprir, ou um papel revolucionário, que ligue a luta mais imediata à da tomada do poder pela

revolução socialista; ou um papel reacionário, de contenção das lutas das massas e subordinação às instituições burguesas decadentes. Esta última alternativa é a que predomina. As sucessivas traições das direções sindicais, que assimilaram as ideias da burguesia quanto à necessidade de reformulação negociada das relações trabalhistas – leia-se aumento da superexploração do trabalho e do desemprego – e subordinação aos conflitos interburgueses, foram enquistando a classe operária, desviando-a da defesa de suas reivindicações próprias, por seus métodos próprios de luta, e sob sua estratégia própria de poder, para a passividade da aceitação dos acordos malditos, impostos pelo patronato e governos. Com muito custo, impulsionados pelas consequências da crise e das medidas burguesas de resposta a ela, setores operários começam a retomar a trajetória grevista. No continente latino americano, destacam-se os operários da maior fábrica de cobre do mundo, a Codelco, além de portuários e da construção civil, no Chile; mineiros, no Peru; operários brasileiros nas duas greves gerais de 2017 e 2019; operários mexicanos das maquiladoras e têxteis; mineiros e fabris, na Bolívia, setores combativos da classe operária nas greves gerais, na Argentina; e ainda, setores operários, na França, em sucessivas greves e mobilizações, e os assalariados das montadoras, nos EUA. Ainda padecem da crise de direção revolucionária, mas sua ação vai criando o terreno fértil para desenvolvê-la. Somente sob a direção da classe operária, de seu programa e partido revolucionário, será possível às massas vencerem em seus levantes contra os governos e a burguesia.

3. A classe média arruinada comparece às manifestações principalmente por meio da juventude estudantil, além de professores e funcionários. Superado o circunstancial momento de crescimento do comércio mundial, da primeira década dos anos 2000, iniciou-se uma nova onda de ataques aos direitos sociais. A educação pública passou a ser visada pelos capitalistas como uma fonte de valorização artificial da imensa massa de capital sem aplicação produtiva. A sua privatização, parcial ou completa, e seu sucateamento, por conta de cortes de orçamentos, correspondem à necessida-

de de lucros de investidores e sustentação do parasitismo financeiro pelo Estado. A decomposição do sistema, com a inviabilidade de autêntico desenvolvimento científico e sua aplicação em larga escala na indústria, leva ao retrocesso ideológico e cultural. Pseudo teorias já superadas retomam vida, e se voltam como obscurantismo de todo tipo contra a ciência. A deterioração das condições de vida e trabalho das famílias assalariadas torna a vida escolar do estudante em um inferno. Os entraves colocados pelas relações de produção, assentadas na grande propriedade privada monopolista dos meios de produção, se manifestam como desperdício e destruição crescente de uma parcela da gigantesca capacidade das forças produtivas, que se acha, há anos, mutilada e impossibilitada de desenvolver suas imensas potencialidades sociais. A educação em desintegração leva os estudantes a se mobilizarem massivamente, tomando as ruas e enfrentando a repressão policial. Em um nível menos radicalizado, os professores e funcionários também avançam nesse sentido. A classe média urbana surgiu ao redor da industrialização e se desenvolveu com ela. Com o aprofundamento da crise, seu setor mais proletarizado tende a tomar em suas mãos os métodos de luta e formas organizativas do proletariado. Na ausência da direção revolucionária, a classe média proletarizada acaba sendo subordinada a interesses de frações burguesas em disputa, e limitada em suas demandas e combatividade ao que pode oferecer a raquítica democracia burguesa. Somente sob o programa e direção do proletariado, poderá desempenhar um papel auxiliar na revolução socialista.

4. Os camponeses constituem uma força social de grandes proporções nos países de economia combinada. Em grande parte da América Latina, em distintos graus, os camponeses se identificam com as nações indígenas (Bolívia, Equador, Peru, Chile, Colômbia, Venezuela, etc.). Na luta, combinam as reivindicações nacionais, que decorrem da opressão latifundiária, com as econômicas, que decorrem de seu lugar na produção agrícola para o mercado interno. Essas relações determinam o caráter da revolução agrária, como parte da revolução proletária. No Brasil, o movimento campo-

nês adquiriu historicamente uma fisionomia de classe mais definida. Para isso, os colonizadores quase que dizimaram por completo as nacionalidades indígenas. A sua preservação, ainda que ultraminoritária, tem se chocado com latifundiários, agroindustriais, madeireiros e garimpeiros. A bandeira do direito à autodeterminação das nacionalidades indígenas é parte intrínseca da revolução agrária. Em todos os casos, a base comum de seus choques com o Estado burguês tem por fundamento a luta pela nacionalização da terra e expropriação dos monopólios agroindustriais. Esse programa, que combina medidas democráticas com as de caráter socialista, implica a expropriação do capital financeiro. Os camponeses fazem parte da pequena burguesia, estão vinculados à pequena propriedade da terra, por isso não podem formular um programa socialista, que pressupõe, no campo, a coletivização e industrialização. Os camponeses não têm como vencer seus inimigos de classe sem se aliar com o proletariado. E a classe operária não tem como derrubar a burguesia do poder e estabelecer a ditadura de classe da maioria contra a minoria exploradora sem conseguir a aliança operário e camponesa. De forma que, em todos esses países, apesar de suas particularidades, a resolução das tarefas democráticas da revolução agrária e da autodeterminação das nacionalidades indígenas compõe parte indissolúvel do programa proletário de emancipação perante o imperialismo.

5. Os dados econômicos e sociais provam que a crise econômica deflagrada em 2008 permanece, e tende a se aprofundar, mergulhando o mundo em uma nova depressão, e agravando a violência reacionária dos exploradores contra os explorados, manifestada em todas as suas formas. Até mesmo os economistas burgueses preveem uma nova quebra financeira geral, ainda mais forte que a de 2008. Desta vez, no entanto, reduziram-se as possibilidades de os Estados nacionais estatizarem as dívidas e quebras, de multinacionais e bancos, por conta de seu altíssimo endividamento. A situação política mundial expressa o ponto mais elevado de decomposição do modo de produção capitalista. A situação econômica se caracteriza pela superprodução, retrocesso

das forças produtivas, agravamento da crise comercial, enfim, pela desagregação da base econômica, que impulsiona violentas convulsões no campo da política internacional, de um lado, e de fortes tendências de agravamento do choque entre as classes, de outro. A alternativa de socialismo ou barbárie se manifesta com toda clareza.

6. A impossibilidade de desenvolvimento das forças produtivas expressa a contradição entre estas e a propriedade privada dos meios de produção, bem como com as fronteiras nacionais. A 2ª Guerra Mundial causou a maior destruição de forças produtivas mundiais, em especial na Europa e Japão. Sobre essa base, por meio da reconcentração de mercados e capitais, e de uma nova partilha do mundo, estabelecida pelas potências, foi possível uma recomposição geral das forças produtivas mundiais. Segundo o Banco Mundial, a década de 1960 chegou a registrar uma média anual de crescimento mundial do PIB de cerca de 6%. Esse processo se esgotou gradualmente, a partir da década de 1970, tendo atingido hoje o nível médio de 2% anuais, uma verdadeira estagnação per capita, e com tendência à queda. Num quadro de crescimento ínfimo da indústria mundial, de 1995 até hoje, a China cresceu sua fatia de participação na produção industrial do mundo, de 5% para 20%, enquanto as dos EUA, Europa e Japão caíram, de 20% para 15%, de 25% para 20%, e de 10% para 5%, respectivamente. Nota-se que o grande crescimento industrial chinês se deu na medida em que a indústria dos países imperialistas recuou. Evidencia-se o bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas na era do imperialismo.
7. Essa redistribuição, que expressa a desindustrialização das potências, pressiona para que se acirre a guerra comercial e as tendências bélicas, em toda parte. Não há como, na fase de decomposição do capitalismo, haver um desenvolvimento geral das forças produtivas. O desenvolvimento em alguns países e setores se realiza em detrimento da desindustrialização e deslocamento da produção de outros. A exportação de capitais desindustrializa, gradativamente, as potências, como já praticamente se realizou na Inglaterra. Um dos elementos fundamentais que move a guerra co-

mercial está na tentativa de fazer retroceder esse processo histórico, que é intrínseco ao modo de produção capitalista, na fase imperialista. A elevação de barreiras comerciais e a tentativa de retorno de instalações industriais, que hoje se espalham pelo mundo, expressa o desespero capitalista diante dos espasmos do modo de produção em decadência. As tentativas dos governos imperialistas, de frearem as tendências econômicas e históricas de desindustrialização de seus países, seja por meio do acirramento do nacionalismo e protecionismo, seja por meio da guerra comercial, estão fadadas ao fracasso. As tendências bélicas se potenciam a cada dia, e não há solução no marco da diplomacia.

8. O parasitismo financeiro, com monumental volume de capital fictício, pressiona para que as altas das Bolsas sejam cada vez mais artificiais, e cria as condições para quebras cada vez mais profundas. Nas últimas décadas, verifica-se que, a cada nova aceleração artificial das Bolsas de Valores, contraditórias à tendência geral de estagnação econômica, os ajustes (realização/destruição de valores) são cada vez mais violentos. Os valores de grandes grupos econômicos industriais não acompanham a média geral de valorização das ações, impulsionadas artificialmente, em grande medida, pela especulação dos preços de papéis de commodities, principalmente os do petróleo. O grande peso dos papéis dessa matéria-prima pressiona as potências, principalmente os EUA, a aumentarem ainda mais seu controle sobre sua extração e comércio. As regiões do planeta que são as maiores produtoras devem estar sob governos títeres, ou estarão na mira da maior potência militar. O desenvolvimento da crise econômica impõe o acirramento das disputas interimperialistas pelo maior controle sobre as fontes de matérias-primas. Nessa disputa, as frações norte-americana e europeia ou japonesa buscam arrastar os países semi-coloniais a se submeterem a um lado ou outro. A ausência da independência de classe do proletariado, devido à falta de uma direção revolucionária, impossibilita que o combate das massas à burguesia entreguista e aos governos antinacionais se erga em luta anti-imperialista.
9. A crise de 2008, que tinha potencial para ser a maior que-

bradeira da história econômica, foi atenuada por meio do endividamento estatal, que hoje consome a maior fatia das arrecadações dos governos. A situação de falência financeira dos Estados acelera a aproximação de uma nova quebra financeira, que vai se dar no quadro gerado a partir de 2008. Parte das medidas de ataques gerais às massas, em todas as partes, decorre da necessidade de buscar meios de manter o parasitismo do capital financeiro sobre os orçamentos públicos. As reformas previdenciárias em todos os países vêm precisamente nesse sentido. Ainda que os governos consigam esmagar as massas com essa e outras medidas, a estagnação geral e a recessão que se aproxima obstaculizam que os caixas dos Estados nacionais sejam capazes de socorrer as multinacionais e bancos. Não há como conter a queda tendencial da taxa de lucro, sem que a massa de capital-dinheiro se insira na produção social e alavanque um novo ciclo de reprodução ampliada do capital. Ambas expressam, de distintas formas, a destruição em larga escala de forças produtivas, a instalação da barbárie. As consequências das medidas capitalistas de resposta à crise econômica preparam as condições para que se projete uma etapa da crise ainda mais convulsiva, e que pressione as massas para os levantes massivos, apesar da crise de direção.

10. O capitalismo em decomposição obriga a burguesia a impor todo tipo de medidas que ampliam a pobreza e miséria das massas. Fracassaram todos os planos de “inclusão social” orquestrados pela ONU e assumidos pelos governos nacional-reformistas. As contrarreformas precarizam o trabalho, aumentam e flexibilizam a jornada, reduzem os salários e direitos, destroem a aposentadoria pública. A destruição massiva de postos de trabalho e valor da força de trabalho está voltada a tornar mais atrativo e rentável o investimento produtivo, num quadro de profunda retração da taxa de lucro industrial, e dele mesmo. O agigantamento do exército industrial de reserva serve ao objetivo de rebaixar os salários. A luta contra a carestia, pelo aumento salarial (que o torne capaz de sustentar a família trabalhadora – salário mínimo vital e escala móvel de salários), pelo emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho, estabilidade a todos),

- e contra a destruição do salário indireto (direitos sociais) tende a levantar as massas em toda parte. Os governos não têm como manobrar com migalhas, por conta da gravidade da crise. Os levantes que se realizam tendem a se chocar diretamente com os governos e os capitalistas, e abrir situações pré-revolucionárias e revolucionárias. O Programa de Transição encerra o método para fazer, por meio de um sistema de reivindicações transitórias, a ponte entre as reivindicações mais sentidas das massas, as demandas democráticas, e a estratégia da revolução e ditadura proletárias.
11. A situação mundial se caracteriza pelo esgotamento da partilha do mundo do pós-guerra. A disputa comercial acirrada entre as potências, característica da fase imperialista do capitalismo, desembocou na atual guerra comercial, envolvendo principalmente, além de EUA e China, Europa e Japão. A partilha do mundo pelas potências, estabelecendo arbitrariamente fronteiras nacionais de acordo com os interesses e choques entre as frações mundiais da burguesia imperialista, mostra seu esgotamento. A redefinição de fronteiras na África, no Leste Europeu e no Oriente Médio, ocorrida nas últimas décadas, expõe essa tendência geral. Os levantes iniciados no norte da África, logo após o estouro da crise de 2008, expandem-se novamente, sem perspectivas de solução. Desde a intervenção dos Estados Unidos na guerra entre Irã e Iraque, 1988, se estabeleceu um novo marco de desintegração do Oriente Médio. A manutenção da hegemonia norte-americana na região é um fator determinante nas duas guerras de ocupação do Iraque. Faz parte desse domínio imperialista a invasão do Afeganistão em 2001. Passados oito anos de guerra civil na Síria, volta a se agravar com a ofensiva da Turquia sobre os Curdos, sem que se tenha um desfecho previsível. O esmagamento do Estado Islâmico não resultou em reequilíbrio das forças em choque, que envolvem o Irã, Iraque, Arábia Saudita e Israel. A transformação das guerras civis e dos choques entre nações, bem como da guerra de colonização sionista na Palestina, em intervencionismo militar da maior potência dá a dimensão do esgotamento da partilha mundial. A guerra comercial de Trump, dirigida, principalmente, contra a Chi-

na, é a outra ponta do iceberg do esgotamento da partilha. O mais provável é que esses conflitos se internacionalizem ainda mais com a permanência da superprodução e as tendências recessivas da economia mundial.

12. As relações entre Estados e entre as classes são marcadas pelos choques, conflitos e crescentes antagonismos. A época do capitalismo é de contínuas crises, que levam às guerras e criam condições para as revoluções. Ausente a direção mundial, esse curso se manifesta como contrarrevolução, da qual as contrarreformas nada mais são que uma de suas manifestações. As tendências econômicas gerais destrutivas do capitalismo mundial não serão resolvidas pacificamente. Não será possível destruir as condições de vida das massas sem lutas ferozes, ainda que as direções conciliadoras se esforcem para evitá-las ou amenizá-las. Não será possível fazer as potências imperialistas se subordinarem pacificamente ao crescimento chinês. As contradições entre as classes sociais, entre os países, entre as potências e semicolônias, todas elas caminham no sentido do acirramento, das guerras e revoluções.
13. A necessidade de realizar a ofensiva geral capitalista e o retrocesso nas forças produtivas estrangula a democracia burguesa em toda parte, fortalece as tendências fascizantes, dissolve as bases materiais para a conciliação de classes progredir (os governos “de esquerda”, ou caem, ou se diretizam profundamente). A centralização autoritária das forças e instituições políticas decorre da necessidade econômica de atacar os direitos e destruir parte das forças produtivas. A democracia burguesa é o regime político mais adequado para a burguesia processar suas contradições e se centralizar politicamente, expressando sua ditadura de classe sobre a maioria nacional. Mas, a democracia burguesa só se estabelece e progride sobre a base da expansão das forças produtivas. Essa lei se concretiza no maior desenvolvimento da democracia nas potências imperialistas, e no seu caráter semiditatorial nos países semicoloniais, de capitalismo atrasado. Nas condições de desagregação econômica, se fortalecem as tendências de decomposição da democracia burguesa em toda parte. Na Europa, isso se mostra

no renascimento e fortalecimento de tendências fascistas. Nos EUA, na eleição de Trump. Na América Latina, na queda dos governos nacional reformistas e sua substituição por governos direitistas; quando não, da direitização dos nacional-reformistas. As tendências militarizantes e policiais na política burguesa correspondem à época de contrarreformas e ataques violentos. Ou seja, correspondem à fase de recrudescimento da opressão social, para atender às necessidades capitalistas do momento. A eleição de governos denominados de esquerda não interromperá essas tendências. Como governos burgueses, terão de aplicar medidas que correspondam aos interesses gerais da burguesia. Ainda que haja divisões em seu seio, expressas por crises políticas e de regime, a burguesia se une ao redor da aplicação das medidas que correspondem à defesa de seus interesses mais imediatos e gerais. Essas medidas se concretizam em contrarreformas, ainda que negociadas com as direções das organizações de massas. E as massas se chocam com as medidas governamentais, em defesa de suas vidas e condições de trabalho. Os governos aprofundam a repressão para impor às massas as contrarreformas, e a tendência geral é de estreitamento da democracia burguesa.

14. Nas potências, o nacionalismo imperialista progride, com erigimento de barreiras comerciais e maior intervencionismo. As políticas do chamado multilateralismo, projetadas pelo governo Obama num momento de crescimento do comércio mundial, se esgotaram. As reuniões do G8, OMC, Clima, etc. não realizam acordos de maior integração econômica, política ou de qualquer outra natureza entre os países desenvolvidos, e entre estes e os atrasados. Ao ponto da China reclamar do protecionismo dos países europeus. Os blocos econômicos, que visavam à proteção entre os países imperialistas, estão fragmentados ou dissolvidos, por conta das contradições internas, decorrentes do avanço da crise econômica. As tendências centrífugas são dominantes na atual situação. E cada qual busca se proteger diante das tendências econômicas gerais. A declaração de guerra comercial aberta é parte desse processo, que caminha para a escalada armamentista e confrontos militares. O maior intervencio-

nismo comparece como necessidade para frear as tendências intrínsecas ao capitalismo em decomposição. Qualquer que seja o futuro governo ianque, terá de aprofundar as políticas gerais formuladas a partir do governo Trump.

15. Nos EUA, Trump expressa a tentativa de frações do imperialismo ianque em frear as tendências gerais da época em que vivemos. Procura reverter a desindustrialização, que quebrou a Inglaterra. Declarou a guerra comercial aberta. Seu conflito com a China é o principal elemento da conjuntura. Trump, com seus traços fascizantes, expressa as necessidades de toda uma fração do capital imperialista norte-americano de brechar a desindustrialização, manter e ampliar o controle ianque sobre as semicolônias, submeter a Europa, destruir o desmedido crescimento e influência mundial chineses. As contradições entre essas frações que ele expressa, e outras, também ianques, se refletem em sistemáticas crises políticas. Principalmente, suas políticas são perniciosas a interesses de exportadores de capitais e importadores de insumos não abundantes. Trump dificilmente convencerá os investidores que têm plantas industriais na China ou Brasil, pagando salários de até US\$ 1.000,00, a fecharem esses lugares e reabrirem nos EUA, pagando cinco vezes mais aos operários norte-americanos. Ou investidores, que importam insumos baratos das semicolônias, a arcarem com os custos maiores, provenientes de sua guerra comercial. Esses choques, que se manifestam muitas vezes em derrotas do governo Trump, não superam a efetivação de uma série de medidas tomadas, que se mantêm e aprofundam, impondo-se inclusive externamente. Além da guerra comercial imposta por Trump, notam-se a contenção de imigrantes pelo governo reformista mexicano de Obrador, o apoio a governos direitistas na América Latina, que impulsionam a desnacionalização e as contrarreformas, e a imposição do Brexit na Inglaterra. O conjunto de medidas de Trump expressa a vigência de sua política diante dos rumos da economia mundial. Ainda que seja substituído ou sofra com ataques, como o impeachment movido pelos democratas no Congresso, as necessidades da fração majoritária do imperialismo ianque obrigam a permanecerem suas

políticas, inclusive se for eleito um governo democrata, em 2020. A divisão interburguesa nos EUA está subordinada às necessidades gerais de preservação do papel do país como maior potência imperialista mundial.

16. Na Europa, a estagnação e recessão se mantêm. A recessão é uma realidade na maior potência europeia, a Alemanha, e se espalha pelo continente, puxada pela indústria em descenso. A exportação do agronegócio, apesar do retrocesso industrial, é atingida pela guerra comercial de Trump. A imposição da unidade monetária europeia, sobre a base da moeda alemã, e de imposições fiscais inalcançáveis pela maioria dos países, somente levou a maior reconcentração de mercados e capitais sob a influência alemã, em primeiro lugar, e francesa, em segundo. Até a Itália imperialista sofre as consequências da adesão ao plano artificioso franco-germânico. Sofrem mais ainda os países vassalos, como Grécia e do Leste Europeu. A unidade europeia, atingida em cheio pela crise aberta em 2008, mostra-se falida. Na maioria das nações, discute-se como e quando deixar a UE, seguindo os passos do Brexit. A Inglaterra, cuja desindustrialização avançou e se converteu em grande banco, recrudescer a sua subordinação aos EUA. Enfraquecida diante da Alemanha e França, buscou a saída do bloco, ao qual nunca adentrou totalmente (nunca aderiu ao Euro). Sua saída se deu diante de pressões de maior subordinação aos ditames econômicos e fiscais franco-germânicos, que foi vista como ingerência externa. Os EUA atuaram sobre o plebiscito, de forma a favorecer o Brexit. Mas, as contradições de interesses entre as frações britânicas levaram a um impasse. O governo de Theresa May caiu, e Boris Johnson tentou um golpe para decidir de forma autoritária a questão. Sua tentativa de fechar o parlamento, ainda que provisoriamente, é parte das tendências gerais de desagregação da democracia burguesa. É preciso ainda acrescentar a profunda crise da Espanha, em que seu governo está obrigado a reprimir duramente o movimento separatista da Catalunha. O aprofundamento da crise econômica imporá aos países da Europa a tendência de acirramento de seu protecionismo, como tentativa vã de salvar suas economias da quebra geral.

17. Nos diversos países europeus, temos visto as mobilizações ultrapassarem o limite da pequena burguesia, abrindo caminho para o proletariado intervir, como tem ocorrido frequentemente na França. Os ataques a partir dos diversos governos têm de se confrontar com os movimentos das massas (coletes amarelos, trabalhadores do transporte, etc.). Se, de um lado, as forças chauvinistas e ditatoriais se potencializam, de outro, os ataques centralizados a partir de medidas governamentais estimulam a luta geral das massas, que se torna rapidamente política, contra os governos e a burguesia. Aumenta a polarização de classes. Diante da impossibilidade de resolução dos problemas econômicos e políticos, governos caem, como na Inglaterra e Itália. Tornam-se mais difíceis as composições de alianças para governar. Os conflitos sociais acirrados são mais um elemento que impulsiona a desagregação da democracia burguesa e a ascensão das tendências nacionalistas imperialistas (fascistas).
18. A restauração capitalista na China e Rússia avança, com oscilações (maior estatização momentânea), sob controle da burocracia. É preciso distinguir as semelhanças e diferenças do estágio das restaurações capitalistas que se processam aceleradamente nesses países, onde ocorreu a revolução proletária. Na Rússia, a restauração, iniciada por Stalin já na década de 1920, ganhou aceleração a partir dos anos de 1980, com a dissolução da URSS e a perda do poder do Partido Comunista. Conforme previu Trotsky, em 1938, as diversas frações da burocracia ditatorial estalinista se dividiram e formaram seus partidos, todos restauracionistas, em maior ou menor grau. Yeltsin encabeçou o projeto da aceleração das privatizações e desnacionalização. Mergulhou o país na sua mais profunda crise, desde a guerra civil, de 1919 a 1921. O capital financeiro, encaalhado nas potências pela superprodução, encontrou na Rússia um meio de investimento momentâneo. A restauração se acelerou, sobre a base da divisão burocrática, e aquisição de parte dos meios de produção instalados. A ascensão de Putin revelou que a burocracia filo-estalinista, ainda que fragmentada, preservava o controle sobre os principais ramos da produção, estatizados pela classe operária na revo-

lução. A ditadura burocrática se mantém, e ainda se coloca para a classe operária a revolução política. Na China, diferentemente da Rússia, a burocracia do PCC não se dividiu em vários partidos, e manteve a centralização autoritária. Suas prováveis fragmentações se mantêm ocultas e centralizadas pela força ditatorial. Enquanto na Rússia o capital financeiro se apoiou na divisão da burocracia estalinista para investir e acelerar a restauração capitalista, na China o capital financeiro se apoiou na unidade burocrática do PC chinês para exportar um grande volume de capital, que se concretizou em um amplíssimo parque industrial, nos últimos 30 anos. A China se industrializou como meio de deságue do capital financeiro, mas logo se potenciou e se projetou internacionalmente, passando a ocupar um papel de concorrente das potências. Portanto, passou de solução momentânea da crise para a de um problema central. Consolida-se o processo de reconstituição da burguesia chinesa, sob controle da burocracia estatal. As manifestações em Hong Kong são parte das contradições do processo de restauração na China. Os confrontos massivos desmoronam a farsa do Partido Comunista chinês sobre um só país e dois sistemas. Diante da crise, as burocracias da Rússia e China são pressionadas e acuadas pelas potências, principalmente pelos EUA. É necessário não perder de vista que o processo de restauração capitalista comprova a falsificação estalinista sobre a possibilidade de desenvolver o socialismo em um só país, bem como estabelecer uma relação de coexistência pacífica com o imperialismo. O combate à restauração capitalista põe à luz do dia que somente a luta da classe operária internacional e a retomada do curso revolucionário pelo proletariado russo e chinês poderão fazer frente à ameaça de intervencionismo bélico.

19. No Oriente Médio, manifestam-se profundos conflitos econômicos, nacionais, sociais e políticos. São os interesses monopolistas que ditam, pela dilaceração e demarcação pela guerra e armas, as novas fronteiras nacionais. Desde a Guerra do Golfo, em agosto 1990, a região tem sido convulsionada pelo crescente intervencionismo imperialista e pelas ocupações militares de territórios e nações. Países e

governos foram trucidados e ocupados militarmente, para romper com as velhas relações políticas e erguer novas, em benefício do imperialismo. O maior intervencionismo objetivava impedir às nações oprimidas pleitearem a posse das jazidas de hidrocarbonetos, bem como dos lucros pelas exportações. É o que se passou e se passa no Iraque, Afeganistão e Síria. Entretanto, as medidas intervencionistas também se desfecham sobre nações aliadas dos EUA. A ocupação por tropas norte-americanas das jazidas da Arábia Saudita, sob a justificativa de “proteger” o país perante o Irã, apenas oculta a face ditatorial dos monopólios ianques, que devem agravar o quadro de vassalagem de seus aliados, e submetê-los à sua diretriz intervencionista por toda parte. O importante é que, na base das ações imperialistas, esteve e está o controle de importantes recursos naturais. Não se trata da defesa da democracia, nem das liberdades das massas. Trata-se do direito irrestrito de rapina, ditado pelo imperialismo, sobre as riquezas e territórios do Oriente Médio. É assim que os EUA manejam os conflitos nacionais e regionais, ora apoiando um, ora apoiando seu adversário, de forma a preservar seu controle por cima dos governos burgueses. O nacionalismo burguês laico fracassou na região, e também o religioso radical (Estado Islâmico), em proteger os recursos naturais do saque imperialista. As manifestações massivas no Líbano e no Iraque, duramente reprimidas pelos governos, são parte da tendência geral que apontamos acima. Expressam as brutais condições às quais estão submetidas as nações semicoloniais, visando a garantir os lucros monopolistas. O nacionalismo burguês, de qualquer forma, não será capaz de alcançar a autodeterminação e defesa dos recursos naturais do saque imperialista. Somente a ação revolucionária das massas, com independência de classe, sob a direção e políticas do proletariado, poderão derrotar o imperialismo em todas as suas variantes, e estabelecer os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

20. A América Latina vem sofrendo uma ofensiva do governo Trump. O que exige do proletariado e sua vanguarda consciente defenderem a nação oprimida contra as nações opressoras. A tentativa de golpe na Venezuela pela oposição pró-

imperialista, guiada pelos Estados Unidos, evidenciou essa posição programática do marxismo. A queda dos governos de traços nacionalistas e sua substituição pelos pró-imperialistas fascizantes resultam não só das contradições internas, mas também da influência, mais ou menos direta, do imperialismo ianque. Não há um só golpe ou eleição em que os EUA não intervenham no continente, utilizando-se das contradições internas. A ascensão dos governos direitistas serviu ao propósito de maior entreguismo, sustentação do parasitismo, maior superexploração do trabalho, e controle e manejo das fontes de matérias-primas. Os EUA não admitem que surjam no continente governos que possam interferir na produção e preços das matérias-primas mundiais, especialmente o petróleo e demais energias. As lutas das massas têm sido desviadas pelas direções para a via eleitoral, subordinadas que estão à política dos partidos nacional-reformistas. Na atualidade, as eleições de tais governos não serão capazes de mudar substancialmente as diretrizes econômicas traçadas e ditadas pelos EUA. Terão de se chocar com as massas para aplicá-las.

21. As massas não têm como enfrentar a ofensiva burguesa sob a estratégia e tática democrático-burguesas. As bandeiras defendidas pelas direções, que procuram limitar ou mesmo negar as necessidades mais sentidas das massas, sua tática de pressão institucional e desgaste eleitoral, sua política de conciliação de classes, que têm levado a importantes derrotas, têm por detrás a estratégia da constituição de um governo burguês, por meio de eleições, com traços nacional-reformistas. Essa característica da conjuntura ressalta o papel da estratégia revolucionária no interior dos movimentos. Somente a tática da ação direta das massas, a organização da frente única anti-imperialista, e a construção de uma direção revolucionária podem responder à altura as tarefas colocadas. A luta unitária das massas permite à vanguarda propagandar e agitar a bandeira do governo operário e camponês. As condições objetivas para a revolução proletária são favoráveis, mas essa exige elevar a consciência de classe do proletariado. O desenvolvimento da bandeira do governo operário e camponês e da tática

da frente única anti-imperialista é o caminho pelo qual se avançará a unidade da maioria oprimida, sob a direção da classe operária.

22. Os levantes latino-americanos têm forte presença camponesa. Resultado da incorporação desses países ao modo de produção capitalista como produtores de matérias-primas e importadores de capital. Introduzido de fora para dentro, o capitalismo vai se construir, combinando as formas pré-capitalistas de produção com as propriamente capitalistas, formando assim uma unidade dialética, que vai preservar o atraso e a massa de camponeses de agricultura familiar, em parte constituída por indígenas, com maior ou menor peso de acordo com as particularidades dos países. Nos países semicoloniais, portanto, a grandeza do campesinato e sua identificação, em vários países, com as nacionalidades indígenas, é expressão da economia combinada e das relações pré-capitalistas de produção. Esse campesinato se choca, a partir de suas necessidades mais imediatas, com os governos e com o imperialismo, que controla os principais ramos da economia das semicolônias. A III Internacional, em sua fase revolucionária, dos Primeiros Quatro Congressos, formulou a tática frentista adequada aos países desenvolvidos (Frente Única Operária), e aos países coloniais e semicoloniais (Frente Única Anti-imperialista), sob a direção e programa do proletariado. Nesses últimos, sob a estratégia da ditadura do proletariado, para constituir seu poder próprio, o proletariado tem de erguer uma aliança de classe, a aliança operário e camponesa. Tem também de organizar a maioria nacional oprimida sob sua direção e programa, bem como sob seus métodos de luta e formas de organização. A Frente Única Anti-imperialista é a tática adequada para realizar tal tarefa. O rompimento com o imperialismo e a conquista da independência nacional, em qualquer dos países latino-americanos, colocam na ordem do dia a luta pelo programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. A revolução socialista latino-americana será proletária, por seu programa e direção, que terá de resolver as tarefas democráticas pendentes.
23. O deslocamento das correntes nacionalistas, reformistas e

centristas para a direita favorece a projeção da política revolucionária, única que pode encarnar as tendências de polarização da luta de classes. A decomposição da democracia burguesa e as forças econômicas capitalistas em marcha estreitam o caminho para o desenvolvimento e projeção de partidos e correntes democratizantes. Ainda que possam se alçar ao poder, terão de desempenhar um papel autoritário e reacionário. Essa imposição da situação força as correntes centristas a se subordinarem ao reformismo burguês e pequeno burguês, em oposição à política revolucionária do proletariado. A situação tende a lançar como polos opostos na disputa pela direção política dos movimentos as correntes nacional-reformistas, de um lado, e a política revolucionária, proletária, de outro. Expressa a tendência à polarização entre as classes. Realça-se a ausência da direção revolucionária enraizada nas fábricas e movimentos, única forma de expressar a independência de classe e travar a luta sob o programa da revolução socialista. É preciso construir o partido revolucionário, fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e suas seções. Somente assim, o desenlace das tendências atuais se dará na direção da revolução socialista, e não da barbárie.

Resolução Nacional

1. A situação nacional está marcada por duas traições e duas profundas derrotas da classe operária e dos demais explorados. Temer e Bolsonaro aprovaram no Congresso Nacional contrarreformas, que esmagam as condições de existência e ampliam a pobreza e miséria da maioria oprimida. As reformas trabalhista e da Previdência, bem como a Lei da Terceirização, representam, em todos os tempos, um dos maiores retrocessos nas conquistas dos explorados. A burguesia arrebentou direitos constitucionais, desfigurou completamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), extinguiu o Ministério do Trabalho, recrudescer a reforma trabalhista com a Lei da Liberdade Econômica, alterou a Previdência Social nas suas linhas mestras e preparou o caminho para a sua futura liquidação, transformando-a em sistema de capitalização. Nas condições de alto desemprego e expansão do subemprego, as contrarreformas potencializarão as condições de barbárie social.
2. A classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida não ficaram passivos. Em abril de 2017 e maio-junho de 2019, mobilizaram-se e acataram o chamado das centrais sindicais de greve geral. Armou-se um movimento de massa, e abriu-se caminho para unificar a

maioria em torno à greve geral. O governo de Temer se encontrava completamente desmoralizado e repudiado pela população. O de Bolsonaro tinha a seu favor o fato de ter sido eleito recentemente, e de contar com as ilusões da classe média e camadas do proletariado. O mais importante, no entanto, é que a derrota das massas com a aprovação da reforma trabalhista, em 26 de abril, na Câmara, e 11 de julho, no Senado, repercutiu em favor da ascensão da ultradireita burguesa, com a vitória de Bolsonaro, e na desorganização dos explorados para os novos embates. A frente burocrática das centrais desmontou o movimento, logo após a greve geral de 28 de abril. Temer e o Congresso Nacional ficaram com as mãos livres para impor a contrarreforma. O mesmo se passou com a mobilização de maio e com a greve geral de 14 de junho de 2019. A reforma da Previdência foi aprovada em plena calmaria. A traição da luta, em abril de 2017, se estendeu à traição de maio-junho de 2019.

3. Diante da reforma da Previdência, reconstituiu-se a frente burocrática em maio-junho. Não mudou seu objetivo de pressionar limitadamente o governo e o Congresso Nacional. As centrais se uniram, sem o compromisso de expressar o amplo descontentamento da maioria oprimida, e de levar às últimas consequências sua capacidade social para pôr abaixo a contrarreforma de Bolsonaro. Aos explorados, ainda estava presente a derrota de 2017, sem compreender a traição sofrida. A greve geral de junho de 2019 ficou aquém da de abril de 2017. Não porque a maioria não rechaçasse a brutal reforma da Previdência, apesar da sistemática campanha mentirosa da imprensa burguesa, mas porque parte dos que lutaram na greve geral contra Temer não confiaram em uma mudança de conduta política das centrais cerca de dois anos depois. Outros fatores influenciaram, como o fato de Bolsonaro acabar de ser eleito, as ações das igrejas evangélicas, a persistência do baixo crescimento econômico e o alto desemprego. O peso fundamental, no entanto, se deveu à política de conciliação de classes e de subordinação das direções sindicais ao Congresso

Nacional oligárquico.

4. Os partidos de oposição burguesa e pequeno-burguesa têm como limite de suas políticas o Congresso Nacional. Condicionam suas ações ao respeito à democracia burguesa. Em outras palavras, ao respeito às instituições e ordenamento jurídico, que se assentam nas relações capitalistas de produção e de dominação de classe. Por mais que discordassem do rigor das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, não poderiam deixar de reconhecer a “legitimidade” do processo legislativo. As decisões do Congresso Nacional estiveram e estão, portanto, acima da vontade da maioria. Tais partidos, no caso PT, PCdoB, PSOL, entre outros, ainda que com diferenças e particularidades, reconheceram a votação do projeto de contrarreforma, apresentando emendas. Marcaram tão somente posição de minoria, sabendo que não havia a mínima chance de influenciar a decisão em favor dos explorados. Sequer foram capazes de rechaçar integralmente o projeto do governo, e de apresentar uma versão que expressasse a defesa real da maioria oprimida. O que os obrigaria a denunciar às massas que o Congresso Nacional não passa de um instrumento do grande capital, ao qual se subordinam as diversas frações oligárquicas da burguesia.
5. Constituiu-se uma espécie de frente oposicionista no Congresso Nacional, tendo assentado que alguma reforma da Previdência era necessária, e que a sua tarefa consistia em denunciar o excesso de rigor contra os pobres, e apresentar emendas que aliviassem o projeto. O PSB, PDT e Solidariedade não evitaram que, de suas fileiras, saíssem votos à reforma maquiada pelos deputados governistas e aliados. Os governadores do PT e o do PCdoB foram explícitos em defender a necessidade da contrarreforma. Mais do que isso, no Ceará e Bahia, os petistas já tinham, por conta própria, iniciado suas reformas. Aguardam a definição da PEC paralela do Senado, para irem mais fundo no ataque ao funcionalismo de seus estados. A oposição reformista, seminacionalista e semiliberal, assim, se mostrou impotente diante do

capital financeiro e monopolista. Não fez senão resguardar seu capital eleitoral diante da população aflita. A bandeira de “defesa da democracia” diante do golpe de Estado em 2016, da ditadura civil de Temer e do governo militarista-fascistizante de Bolsonaro, concretamente, se traduziu em subordinação dos interesses da maioria oprimida às decisões do Congresso Nacional. A frente burocrática das centrais, por sua vez, norteou a resistência dos explorados às manobras parlamentares da oposição. As diversas frações da burocracia sindical serviram e servem de canal à política burguesa e pequeno-burguesa da oposição, no seio das organizações das massas. Esse marco político-organizativo restringiu a capacidade de luta da classe operária e desperdiçou a sua disposição de recorrer ao seu poderoso instrumento de defesa e ataque, que é a greve geral.

6. A luta de classes alcançou nova escala, depois da gigantesca jornada de junho de 2013 e do golpe de Estado, que instalou a ditadura civil de Temer. O termômetro foram as greves gerais. Desde o final da ditadura militar, a CUT esteve à frente de sete greves gerais, sendo a última em 21 de março de 2002, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), contra a iniciativa do ministro Francisco Dornelles de flexibilizar a CLT. A primeira tentativa de reforma trabalhista, assim, foi adiada, sob a pressão das circunstâncias políticas e, principalmente, da manifestação da classe operária. O governo de Dilma Rousseff (PT), no início de 2016, recuou em sua decisão de bancar a reforma trabalhista, pressionada pelas divergências internas ao PT, e pelo descontentamento da CUT. Os ministros Nelson Barbosa e Jaques Wagner postularam o princípio da prevalência do acordo sobre o legislado. Dilma, porém, foi adiante apenas com alterações na Previdência do funcionalismo e com o tempo de trabalho necessário à aposentadoria (regra 85/95). Em junho de 2015, a presidente, atendendo exigências do capital financeiro, fez uma drástica mudança no seguro-desemprego, desguarnecendo ainda mais os milhões que seriam demitidos. É importante reatar os

fos das contrarreformas, que foram sendo tecidos desde o governo do PSDB. No período da governabilidade petista, prevaleceu a política de conciliação de classes. A CUT e demais centrais não mais se dispuseram a convocar a greve geral. As minicontrarreformas, no entanto, preparavam o caminho para as contrarreformas radicais de Temer e Bolsonaro. O governo de conciliação de classes serviu à burguesia em vários sentidos. O mais significativo foi o desarme da luta dos explorados, e o impulso na burocratização e estatização dos sindicatos. As duas traições e as duas derrotas dos explorados auxiliaram a burguesia a completar o processo das contrarreformas.

7. O capitalismo da época imperialista é de contrarreformas. Esse curso dominante resulta das dificuldades dos monopólios em manter a taxa média de lucro, que tende a cair, o imperativo do agigantamento do capital financeiro parasitário e a necessidade geral da burguesia de reduzir o valor da força de trabalho. Antigas conquistas da classe operária, que protegiam as massas da selvagem exploração patronal, são destruídas. Essa via se abriu após a crise de 1929. Governos ditatoriais e fascistas na Europa recorreram às contrarreformas. Para impô-las, tiveram que contar com as traições da social-democracia e do estalinismo, que levaram a resistência do proletariado a importantes derrotas. No pós-guerra, a reconstrução da Europa e do Japão permitiu aos governos imperialistas posarem de democráticos e reformadores progressistas. A máscara se desfez com a retomada da crise de superprodução e o esgotamento da partilha do mundo. No final de 1970, na Inglaterra, Margaret Thatcher, impôs o programa de flexibilização capitalista do trabalho. Ergueu-se um marco da retomada das contrarreformas. Para isso, derrotou o movimento operário, encabeçado pelos mineiros. E passou ao desmonte dos sindicatos, controlados pela forte burocracia sedimentada no pós-guerra. Esse processo foi intensificado com a crise mundial, que se iniciou em 2008.
8. Na América Latina, o golpe fascista no Chile, de 1973, serviu de laboratório para se implantarem as contrarre-

formas nos países semicoloniais. A ditadura de Pinochet submeteu completamente o Estado às diretrizes do imperialismo. Implantou a primazia do capital financeiro e dos monopólios. Seu programa “neoliberal” privatizou a Previdência e o sistema educacional, bem como desregulamentou as relações trabalhistas. O Chile passou a ser o exemplo de estabilidade fiscal e de garantia aos capitalistas de obterem altos lucros. A implantação do plano econômico pró-imperialista exigiu sufocar a sangue a experiência com o reformismo impotente do governo de Salvador Allende e da Frente Popular, constituída pelo Partido Socialista (socialdemocrata) e o Partido Comunista (estalinista). Nos anos 1990, Fernando Henrique Cardoso foi ao encontro da linha econômica “neoliberal”, tendo por experiência os planos de Thatcher e Pinochet, e sistematizando a diretriz antinacional e antipopular de Fernando Collor, derrubado pelo golpe do impeachment. É bom lembrar que o PT se decidiu por fazer “oposição propositiva” ao neoliberalismo do PSDB, indicando sua integração orgânica na democracia burguesa. Será, porém, com Temer e Bolsonaro que se darão as condições políticas para a plena implantação das contrarreformas. O governo fascistizante e seu ministro Paulo Guedes reconhecem, abertamente, a via chilena ultraliberal para o Brasil.

9. A burguesia brasileira recorreu ao golpe de Estado e à ditadura civil para impor as contrarreformas. O governo do PT somente poderia atender às pressões do capital financeiro e realizar as mudanças antinacionais e antipopulares gradativamente. Assim governou Lula, assim governaria Dilma Rousseff. O gradualismo somente se sustentou nas condições de normalidade econômica, resultante da política de conciliação de classes. Perdeu vigência diante da queda econômica, do excedente de capacidade de produção, diminuição da arrecadação, agravamento do déficit fiscal, elevação da dívida pública e agigantamento do parasitismo financeiro. A crise mundial arrastou o Brasil ao precipício e desmoronou os frágeis pilares do nacional-reformismo. Expôs, sem

atenuantes, a impostura teórica da possibilidade do desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, inclusão social e novo equilíbrio da unidade federativa. Ao contrário, a falência de estados e municípios, sob o peso insuportável do endividamento, os torna mais dependentes das diretrizes antinacionais, que potenciam os desequilíbrios regionais. Desequilíbrios que estão na base da unidade nacional, constituída pelo entrelaçamento de regiões e estados atrasados com os adiantados. Enquanto imperar lei histórica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, nenhuma tarefa democrática do país semicolonial poderá ser cumprida. O nacional-reformismo, portanto, não poderia dar um só passo progressivo nesse sentido. Assim que a crise econômica ameaçou os interesses do capital financeiro e se estendeu a setores da classe média o castelo de cartas do “desenvolvimento sustentável com distribuição de renda” começou a desmoronar. Em 2013, Dilma sobreviveu à jornada de mobilizações de junho, que proliferou por todo o País. Acreditou que superaria a crise política, atendendo mais prontamente as exigências de diversos setores capitalistas. Venceu as eleições presidenciais no ano seguinte, em uma disputa acirrada com Aécio Neves (PSDB). Mas, o governo petista já não tinha futuro para a burguesia, que não mais podia garantir os custos da conciliação de classes.

10. O declínio do crescimento em 2014 e o início da severa recessão, em 2015, que percorreria o ano de 2016, impulsionaram a crise política. Dilma perdeu apoio de importantes setores da burguesia, e não teve como estancar o crescente descontentamento da classe média. E a classe operária, golpeada pela onda de demissões em massa, viu no governo petista um traste, que lhe havia prometido longo período de emprego pleno, fim da miséria e redução das desigualdades. Todos os males sociais, que foram identificados como simples resultados de políticas econômicas, voltaram a se apresentar como sintomas da decomposição do capitalismo. Desde a crise de meados de 1970, que golpeou o “milagre econômico”

da ditadura militar, as forças produtivas internas não puderam dar um arranque e se firmar. Sob o governo de Lula, desenvolveu-se a tese de que, com a mudança de orientação e com a democratização do Estado, bem como da vida social, o País retomaria o desenvolvimento das forças produtivas. O reanimamento da economia mundial deu fôlego à premissa da sustentabilidade, promovida pelo nacional-reformismo. Não por muito tempo se poderia ocultar que o capitalismo se move nos marcos de sua crise estrutural. As forças produtivas altamente desenvolvidas já não podem avançar, encarceradas nas relações capitalistas de produção, e em choque com as fronteiras nacionais.

11. Os dois anos da ditadura civil de Temer serviram, no plano econômico, para estabelecer limites ao déficit público, arrochar o funcionalismo, promover cortes orçamentários, desfazer programas do governo petista, atender aos interesses particulares do agronegócio, impulsionar as privatizações, aprovar a reforma da trabalhista e a lei da terceirização. Está aí por que, embora estivesse mergulhado na corrupção, a burguesia o reconheceu como importante para preparar o terreno a novas contrarreformas, que, afirmativamente, viriam com a eleição de Bolsonaro. Não lhe foi possível acionar medidas de crescimento econômico. O País saiu da profunda recessão para o crescimento vegetativo. A dívida pública bruta, que superou os R\$ 5 trilhões, e o montante de juros, acima de R\$ 400 bilhões, são um poderoso bloqueio às forças produtivas. Condicionam a política econômica e obrigam a burguesia a proteger o capital financeiro, valendo-se das contrarreformas. No plano político, Temer reconstituiu o poder dos militares e da polícia política. Deu um passo no objetivo de realizar uma “reforma sindical”. Extinguiu o imposto sindical, fonte financeira do poder da burocracia sindical ligada aos partidos da oposição, principalmente ao PT, PCdoB e PSOL. A derubada de Dilma evidenciou o caráter profundamente oligárquico da democracia burguesa no Brasil. Por meio das próprias instituições do denominado Estado de Di-

reito, articulou-se um golpe, e impingiu-se um governo títere do capital financeiro, instruído a levar adiante as contrarreformas.

12. O governo de Bolsonaro é de continuísmo. O golpe de Estado e a ditadura civil de Temer foram decisivos para potenciar a ultradireita. Os partidos que lideraram a derubada de Dilma – PMDB, PSDB e DEM – foram rejeitados na eleição presidencial, mas continuam a controlar o Congresso Nacional. A velha oligarquia partidária não detém a presidência, mas continua a comandar a política burguesa. A ultradireita fascizante se beneficiou do golpe e da transição, conduzida pelos três partidos tradicionais da burguesia. Bolsonaro obteve apoio generalizado dessas forças oligárquicas para ir adiante com as contrarreformas. Estabeleceu-se uma frente compacta em torno à reforma da Previdência. De tal sorte que, à oposição, não restou senão a tribuna do Congresso Nacional para teatralizar com discursos inócuos. Se não fosse a frente burocrática das centrais convocar manifestações e a greve geral, ficaria ainda mais explícita a incapacidade da oposição parlamentar de fazer frente aos ataques do governo pró-banqueiro e pró-imperialista, ainda que o PT tenha conservado a maior bancada partidária. A reduzida força do PT e aliados em combater o avanço da ultradireita expressa o quanto se desligaram das bases operárias originais, e o quanto se afastaram das massas. Mesmo assim, por seus vínculos com as centrais, usaram do que resta de influência para limitar o combate do proletariado e canalizar o movimento de resistência a decisões do Congresso Nacional. A política de conciliação de classes levou à derrota dos explorados. O continuísmo bolsonarista permanece em pé, diante de uma oposição servil à democracia oligárquica, e aos interesses históricos da burguesia.
13. A disputa presidencial, em outubro de 2018, acabou polarizada entre a ultradireita e o nacional-reformismo. A grande maioria desconheceu as candidaturas dos partidos tradicionais da burguesia. O PT e aliados procuraram convencer a população de que se tratava da

disputa entre fascismo e democracia. O que o permitiu se reaproximar de camadas populares que haviam se distanciado, convencidas de que a má situação do País se devia à corrupção. A prisão de Lula, por meio de um processo judicial fraudulento e discricionário, marcou o caráter antidemocrático das eleições. A candidatura de Haddad, no entanto, acabou por reconhecer a derrota. A falsa bandeira de defesa da democracia contra o fascismo foi arriada no dia seguinte à derrota. O PT, PCdoB e aliados já não necessitaram caracterizar o governo de Bolsonaro. A bandeira de combate ao fascismo foi recolhida, depois de ter alinhado toda a esquerda em torno à candidatura de Haddad, no segundo turno. O oportunismo eleitoral do nacional-reformismo se manifestou no embate das massas contra a reforma da Previdência. A oposição como um todo se subordinou ao Congresso Nacional oligárquico, que havia participado do golpe de Estado, livrado Temer do processo de corrupção, promovido a reforma trabalhista e, agora, assumido o projeto de reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes. A submissão do nacional-reformismo à democracia burguesa o coloca como um fator de sustentação do governo ditatorial, militarista e fascistizante.

14. A eleição de Bolsonaro trouxe uma significativa virada na política governamental. Nisso se distingue do governo Temer. As contrarreformas indicam o claro continuísmo, bem como a militarização da política. A virada, no entanto, se deu com o alinhamento aos Estados Unidos, mais precisamente às diretrizes de Trump; e com a orientação ideológica ditada pela religião, mais precisamente pelas igrejas evangélicas. Trata-se de um governo que rasgou a máscara burguesa da independência diante das potências, e da laicidade do Estado. A vitória de Bolsonaro não seria possível sem a contribuição dos evangélicos. É bom lembrar que Lula e o PT dependeram de alianças políticas com as igrejas para alcançar o poder. Os poderosos aparatos financeiros e ideológicos das igrejas estão fortemente implantados na política burguesa em geral, e nas disputas eleitorais em particular. São enor-

mes os interesses materiais desses aparatos. Em contrapartida, prestam o indispensável trabalho ideológico de embrutecimento espiritual das massas e, portanto, de manutenção do capitalismo putrefato. O bolsonarismo encarna o que há de mais obscurantista e reacionário da política burguesa. Alia o militarismo com o dogmatismo da religião. Pôs em marcha um plano de erradicação de tudo que fez o nacional-reformismo no plano educacional (medidas de “inclusão e promoção da igualdade racial, de gênero e diversidade sexual”). De um lado, força passagem à implantação da “Escola sem Partido”, canal de expressão da religião; de outro, à expansão de escolas militares, canal de expressão do nacionalismo xenófobo. Por mais exótica que seja a ideia de que esse é o caminho capaz de tornar o Brasil capitalista em pátria próspera e livre dos males do materialismo (vulgarmente concebido pelo obscurantismo religioso), serve para o governo apoiar o sionismo de Israel e favorecer os interesses norte-americanos, em especial. O bolsonarismo, como se pode constatar, retrocede em todos os parâmetros a política democrático-burguesa. Leva em suas entranhas aspectos do fascismo. Aspira ao retorno da ditadura militar, sob novas condições, como se a que se instalou em 1964 se deveu aos perigos do comunismo. Essa interpretação estapafúrdia da história indica a que ponto chegou a putrefação da burguesia nacional, atada ao imperialismo.

15. A classe média, que congrega a pequena burguesia urbana e rural, está na base desse fenômeno político, que passou a ser denominado de “bolsonarismo”. As suas camadas mais ricas, principalmente as vinculadas à pequena e média propriedade, bem como ao comércio, sustentam o conservadorismo e o reacionarismo, que emanam do domínio da burguesia sobre a maioria explorada, e da base econômica constituída pelos monopólios. As suas camadas mais pobres e amplas se movimentam sob a pressão das camadas ricas, ameaçadas de ruína, e da própria burguesia. A classe operária, desorganizada e profundamente desorientada pela política

da burocracia sindical e dos partidos reformistas, acaba permeável às mesmas pressões, embora instintivamente resista, e não siga o percurso reacionário da pequena-burguesia. Ao não estar com a iniciativa, facilita o avanço das movimentações da classe média, nos marcos da crise econômica e política. É preciso ainda ter claro que, como classe intermediária, heterogênea e contraditória, a classe média serve mais amplamente ao conservadorismo, ao obscurantismo e ao fascismo, nas condições em que o proletariado não esteja em condições de dividi-la e dirigir sua base mais ampla contra a classe capitalista. Concretamente, a classe média se movimentou em favor do golpe de Estado, seguindo a frente golpista dos partidos burgueses, a manipulação do Congresso Nacional e do Judiciário. Em seguida, pendeu em favor da eleição de Bolsonaro, à procura de uma nova ordem política. As igrejas evangélicas, hoje mais que a católica, que continua preponderante, ocupam um largo espaço político no interior da classe média, fortalecido pela arregimentação de camadas populares empobrecidas, que vêm do proletariado disperso. A maioria oprimida se deslocou para o nacional-reformismo, depois das brutais experiências com os governos que sucederam a ditadura militar. Não pôde compreender que Lula constituiria um governo burguês, incapaz de solucionar os grandes problemas originados da crise estrutural do capitalismo e da violenta exploração do trabalho. O bolsonarismo se gestou nesse processo, reatando fios da ditadura militar e do velho fascismo integralista.

16. A crise econômica que derrubou o governo petista continua condicionando a crise política. Temer concluiu seu mandato de transição rejeitado pela imensa maioria. Bolsonaro perde prematuramente o capital obtido nas eleições. As massas rechaçaram a reforma da Previdência, à exceção da parcela da classe média que, de fato, se identificou ideologicamente com o bolsonarismo. Nota-se que o chefe de Estado procurou ficar o máximo possível na sombra, expondo o ministro Guedes, e usando a bazófia democrática do presidente da Câmara dos

Deputados, Rodrigo Maia. A rejeição das massas a um governo recém-eleito é um importante fator da crise política. O enterro das lutas no terreno do Congresso Nacional, certamente, evitou o choque dos explorados diretamente com Bolsonaro. A burguesia procurou e procura manter-se unida em torno às medidas antinacionais e antipopulares. Tem claro o que se passou com Temer. O amplo descontentamento das massas e os escândalos de corrupção não impediram que se aprovassem a almejada reforma da trabalhista e a lei da terceirização. Somente um levante nacional da maioria oprimida, sob a direção da classe operária, poderia golpear o governo. As condições sociais e políticas para isso estiveram dadas, mas não havia uma direção classista à altura. A oposição e o seu braço burocrático nos sindicatos foram incapazes de reagir ao golpe, e se dispuseram a conviver com a ditadura civil, aguardando o calendário eleitoral. As bandeiras de “Eleições” e “Lula livre” não tinham como arrastar as massas, desconfiadas das intenções dos petistas e aliados da Frente Brasil Popular. Diante dos conflitos no governo e entre os demais poderes do Estado, os nacional-reformistas trabalham por se recompor, e se preparam para funcionar como uma válvula de escape, caso a burguesia necessite.

17. Bolsonaro cumpriu um quarto do mandato. Tem um longo tempo pela frente, se medido pelas tendências da crise econômica e política. Tudo indica que a previsão de baixo crescimento – sintoma da estagnação – será confirmada. Não há perspectiva, em médio prazo, de recuperação do desastre da recessão e elevação do crescimento. O mais provável é que a superprodução, o gigantesco excedente de capital financeiro e o endividamento do Tesouro Nacional restrinjam ainda mais o mercado mundial e forcem passagem a uma nova onda de destruição de forças produtivas. A guerra comercial de Trump e o impulso do armamentismo são sintomas de que a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção não permite uma saída pacífica da crise estrutural do capitalismo da fase imperialis-

ta. Lula zombou dos acontecimentos de 2008. No entanto, o Brasil foi duramente afetado, e continua sendo um dos países que mais se ressentiu da recessão. A Argentina foi ao fundo do poço. O Brasil ainda se acha um tanto resguardado, devido aos seus recursos abundantes, e à economia mais avançada, evidentemente em termos comparativos. Pode-se prever que a marcha da crise econômica levará a uma maior degradação, ainda que não se processe em linha reta. Guedes foi alçado ministro para dar um salto nas privatizações. Vende-se o patrimônio estatal ao grande capital, que ganha com o rebaixamento do valor de capital fixo; e canaliza-se o capital arrecadado para cobrir o rombo da dívida pública. Essa negociata não obstaculizará o curso da desindustrialização e do avanço da dívida pública. Caso avance no objetivo de escancarar o mercado interno às mercadorias externas, vencendo a resistência de setores empresariais, que já se manifestaram à boca pequena, a quebra industrial será mais severa. O governo vendilhão, que se diz patriota, chegou ao ponto de entregar a Base de Alcântara ao imperialismo norte-americano. A desnacionalização por meio da entrega das estatais retrata a incapacidade da burguesia nacional de oferecer resistência ao capital parasitário.

18. Bolsonaro tomou a frente do Estado para centralizar as frações da burguesia, cuja composição mantém-se oligárquica, em torno às diretrizes do capital financeiro. Militarizou o núcleo governamental, fortaleceu o comando da Justiça e deu poderes ilimitados ao ministro da Economia. Lançou a bandeira de despetização da máquina pública, e impôs a hierarquização vertical. Originalmente, pretendia pairar sobre o Congresso Nacional, de forma a não reproduzir o tão condenado governo de coalizão, baseado na repartição de interesses oligárquicos. Os seus partidários, entre eles, conhecidos gerais, partiram do pressuposto de que, com a defenestração do PT pela Operação Lava Jato, e a rejeição eleitoral das massas aos três grandes partidos, também marcados pela corrupção, estava colocado pela situação um

governo forte, que não servisse de joguete dos partidos no parlamento. Bolsonaro revelou sua pretensão de se dirigir diretamente à população. Essas características são típicas de um governo bonapartista, ou seja, de um governo militar-policial. No entanto, o desenvolvimento desse potencial depende da marcha da crise e da luta de classes. É sintomático que a reforma da Previdência tenha passado pelo crivo do Congresso Nacional. O capital financeiro e o imperialismo exerceram uma enorme pressão, valendo-se do baixo crescimento da economia, do agigantamento da dívida pública e do déficit primário. Assim se quebrou a resistência de setores regionais e da burocracia estatal. Bolsonaro/Guedes não obtiveram tudo o que planejaram. Em vários outros projetos, como a Lei Anticrime, o decreto de posse de arma, etc., foi o preço a ser pago pelo governo, que não conseguiu se impor por cima do parlamento. Essa impossibilidade indica que a crise política tende a se aprofundar.

19. O alinhamento a Trump não é pacífico para a burguesia. Isso em relação à guerra comercial, decretada pelo governo republicano. O Brasil é parte da zona de influência direta dos Estados Unidos. Todo governo tem de se curvar ao seu poder, caso contrário, fica sujeito à intervenção. O exemplo do momento é o da Venezuela. Os golpes militares contra governos nacional-reformistas dos anos 1960 e 1970 marcaram profundamente o domínio imperialista dos Estados Unidos sobre a América Latina. Não por acaso, o governo petista desenvolveu uma política bem-comportada, seguindo os preceitos do capital financeiro. Não está, portanto, aqui o problema. A discordância interburguesa está em que Trump aprofundou a cisão em seu próprio país. E a decretação da guerra comercial amplia as áreas de conflito com as potências europeias. Tem enorme relevância a evolução do choque com a China. Os Estados Unidos são o grande concorrente no comércio de commodities. A guerra comercial – a começar pela alteração da ordem tarifária – provoca desequilíbrios na economia mundial, que já começaram a ameaçar os interesses de setores da eco-

nomia brasileira. A China é a grande importadora do Brasil, muito acima dos Estados Unidos, cujo objetivo é o de empurrar suas mercadorias por todos os lados, e não o de ampliar suas importações. Importantes reações de setores da burguesia ocorreram no caso do apoio ao Estado de Israel, que avança no colonialismo antipalestino. O mercado árabe é muito mais importante. Mas o conflito que mais acendeu as diferenças interburguesas se deu em torno da ruptura com o Acordo de Paris. Em seguida, desdobrou-se em agressão verbal de Bolsonaro com Macron, presidente da França. A Amazônia faz parte das áreas do mundo em que as potências disputam influência. A ruptura com o Acordo de Paris assinalou uma mudança em relação à exploração de suas riquezas. Bolsonaro deu sinais de que vai privilegiar as multinacionais norte-americanas, e os capitalistas nacionais a elas consorciados. Os obstáculos às portentosas mineradoras têm de ser rompidos, entre eles, os mais importantes se encontram nas terras indígenas demarcadas, com apoio das potências europeias e da Igreja católica. Não há nem sombra de que se trata da defesa da soberania nacional, mas sim da disputa interimperialista. O alinhamento de Bolsonaro a Trump é uma das principais fontes da crise política.

20. Uma das falsificações que mais ressalta na conduta política do bolsonarismo diz respeito à corrupção. A bandeira de um governo patriótico, livre de corruptos e corruptores, inflamou a hipocrisia da classe média e favoreceu eleitoralmente Bolsonaro. A transformação do juiz Sérgio Moro, algoz do PT e de Lula, em ministro da Justiça, deu a aparência de que, de fato, estava havendo uma radical mudança no mundo da política burguesa. Como é da natureza da aparência se desfazer assim que o real se manifeste, mais cedo do que se esperava, a venalidade transpareceu na própria família do presidente. Veio à tona a denúncia do conluio do então deputado Flávio Bolsonaro com o seu assessor Fabrício Queiroz, na **Assembleia Legislativa** do Rio de Janeiro, caracterizado por “organização criminoso”. As evidências de sua liga-

ção com as milícias, que, por sua vez, estão vinculadas à polícia, são comprometedoras. Sérgio Moro faz de conta que não é da sua alçada. E autoridades do Supremo Tribunal Federal (STF) intercedem em favor do filho do presidente. Fabrício Queiroz, ex-policial, tranquilamente, se negou a acatar a convocação do Ministério Público, para prestar depoimento em audiência pública. Gerou-se um conflito entre instituições, bem como órgãos do Estado. Entre eles, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O governo vem usando seu poder para dificultar as investigações e a apuração sobre até onde vai o vínculo de Flávio com o crime organizado. Moro se mantém no cargo como casca oca da cruzada da Operação Lava Jato, montada no início de 2014. As revelações do The Intercept Brasil comprovaram as negociatas de Moro com os procuradores da República para criminalizar o PT e condenar Lula sem provas. Apesar das evidências, as autoridades, que se valeram do poder discricionário, que burlaram processos e que condenaram Lula como garantia política, continuam nos seus postos, usando-os como meio de defesa e proteção. A posição do POR contrária à fraude processual e à perseguição política ao PT realizada por meio do aparato judicial e policial, contudo, sem defender ou apoiar a política corrompida do reformismo, se distinguiu dos pró-lulistas e adversários que pleitearam a sua prisão. A bandeira de constituição de um Tribunal Popular comprovou ser a única via que, de fato, expressava e expressa a posição do proletariado diante da decomposição da política burguesa, da qual o PT e Lula fazem parte. É preciso ainda fazer referência aos escândalos envolvendo ministros do STF, como Gilmar Mendes e Dias Tofolli, que usam a magistratura para proteger interesses privados de seus escritórios. Estão livres de qualquer investigação, embora as denúncias tenham sido consistentes. Não é preciso alongar sobre a impunidade que livrou homens como Michel Temer, Aécio Neves, Renan Calheiros, entre uma centena de parlamentares, da cadeia. A força política dos mais poderosos

dá a dimensão e o conteúdo da justiça burguesa. O mais importante se encontra no fato de que se materializa na forma de apodrecimento da democracia burguesa.

21. O fundamental da crise política, que, em grande medida, está condicionada pelo desastre econômico e pela situação de vida das massas, reside na luta de classes. Muitos são os atritos interburgueses, que permeiam a governabilidade. Bolsonaro, em pouco tempo de mandato, mudou ministro, demitiu diretores de importantes cargos (INPE, etc.), remanejou funcionários de segundo escalão e fez muitas ameaças de intervenção. A instabilidade nos quadros governamentais e nas relações entre os poderes são sintomas visíveis dos choques em torno à centralização autoritária do Estado. Há um componente nesse quadro, que é a forte presença das igrejas evangélicas no centro de decisão do governo, e o descontentamento do Vaticano. Não são de menor importância, os embates em torno da diminuição do poder político do STF, do Ministério Público e, em particular, da Operação Lava Jato, cuja função precípua era a de caçar os petistas e acabar com o caudilhismo de Lula. Tudo indica que, dado um campo tão amplo de discórdia, Bolsonaro não conseguirá a estabilização, que depende do disciplinamento ditatorial das próprias frações burguesas. As dificuldades em equilibrar as contas públicas, atender aos interesses oligárquicos expressos no Congresso Nacional, e dar respostas à estagnação continuarão a acosar o governo. As dissensões no seio da burguesia, que se manifestam na governabilidade, não impedem que Bolsonaro continue a avançar as contrarreformas e o plano de privatizações. Nenhuma das frações burguesas pode atacar o caráter antinacional e antipopular de sua política. E a oposição, por sua vez, é incapaz de organizar um movimento anti-imperialista e de defesa das condições de existência da maioria oprimida.
22. A questão está em saber até que ponto as duas traições da frente burocrática e as duas derrotas da classe operária e dos demais trabalhadores provocarão um recuo na luta de classes. Os explorados saem dos enfrentamentos

desconfiados da direção. A confiança já era mínima. A transformação dos sindicatos em propriedades da casta burocrática e a visível colaboração com as medidas de flexibilização capitalista do trabalho debilitaram enormemente o vínculo da classe operária e demais trabalhadores com suas organizações. A onda de demissão em massa durante a recessão atingiu os explorados sem que houvesse qualquer resistência dos sindicatos. Os mais poderosos, cuja base operária é explorada pelas multinacionais, negociaram as demissões, como se os “acordos” obtidos (lay off, redução de jornada com redução salarial, PDVs, etc.) fossem um grande feito em defesa dos empregos. A experiência com as manobras dos burocratas, que fizeram dos sindicatos um aparato de intermediação entre patrões e empregados, cujo resultado sempre favorece os exploradores, marcaram fundo a desconfiança nas direções. Está aí por que, **apesar disso**, responderam à convocação da greve geral devido ao pressentimento de que as contrarreformas cortariam na carne. As traições e derrotas retraem a emersão das massas. Mas não eliminam as condições sociais que as empurraram à greve geral, mesmo com limitações. O descontentamento e a necessidade de voltar à luta contra o aumento da opressão continuam vigentes. A CUT e a CSP-Conlutas realizaram seus congressos, na primeira quinzena de outubro, sem que pudessem expressar a continuidade do movimento, que se iniciou em abril de 2017. Suas direções não se dispuseram a organizar um congresso em meio ao combate, quando a classe operária e sua vanguarda mais necessitavam. Os congressos pós-traição não tinham como servir à preparação do retorno à luta nacional. Apesar das diferenças e do grau de responsabilidade das duas centrais, nesse ponto essencial, se encontraram na mesma condição. As demais centrais (Força, CTB, etc.) não viram por que realizar seus congressos pós-derrota. O peso dos aparatos sindicais e da política de conciliação de classes comprimem os instintos de revolta da classe operária e as tendências de luta da maioria oprimida, golpeadas pela crise econô-

- mica e pelas contrarreformas.
23. É parte da luta de classes contra a burguesia o enfrentamento às direções burocráticas. Criou-se a ilusão de que o desmonte da intervenção da ditadura militar e do velho “peleguismo” daria lugar a um sindicalismo “autônomo”. Inicialmente, teve uma base material. O retorno às lutas operárias no final dos anos 1970 permitiu a formação de uma nova geração de sindicalistas, entre eles, Lula. Uma de suas bandeiras era a dos sindicatos autônomos, diante dos partidos e do Estado. A ilusão consistia na ideia de que era possível conquistar e manter a autonomia sob as direções adaptadas ao capitalismo. O reformismo se valeu desse divisor de águas com o sindicalismo da ditadura militar e progresso ao golpe de 1964. Não pôde sustentá-lo, na medida em que a CUT se sujeitou à política de colaboração de classes do PT. O avanço da burocratização dos sindicatos, a sua estatização e a divisão em inúmeras centrais ocorreram precisamente sob o governo de Lula. Distintamente da estatização pelo intervencionismo da ditadura, a que ocorreu sob a democracia burguesa se deu pela política de colaboração de classes. Uma característica fundamental de toda burocratização e estatização é a de que as direções expressam o autoritarismo do Estado patronal. O fenômeno particular da burocratização do sindicalismo pós ditadura é que constituiu uma casta corporativa. Os vínculos contraídos com grandes empresários nacionais e multinacionais, bem como com governos, partidos e parlamento, a aproxima da burocracia estatal. O que a torna autoritária, prepotente e até certo ponto gangsteril. O exemplo da traição aos metalúrgicos da Ford de São Bernardo do Campo é marcante. Foi necessário que a direção do sindicato não apenas enganasse os operários, como atacasse fisicamente a militância do POR, que defendia no Boletim Nossa Classe a ocupação da fábrica e a convocação da assembleia geral dos metalúrgicos. As conquistas da democracia operária e da organização de base pelo movimento operário, que se projetou contra o intervencionismo militar, foram varridas. O que cau-

sou afastamento da classe operária de seus sindicatos e desbaratamento da vanguarda classista que emergiu das lutas. A burocracia pôs em pé um grande aparato, sustentado pelo imposto sindical compulsório. A sua extinção pela reforma trabalhista reduz a capacidade do aparato. É sintomático que a Força Sindical tenha negociado com Temer seu apoio, por intermédio do partido Solidariedade, desmontando o movimento de abril. As demais centrais seguem esse caminho, pleiteando uma lei que substitua o imposto sindical pela “taxa negocial”. O governo acenou com um projeto de reforma sindical. Os líderes na Câmara dos Deputados correram a montar uma variante. Paulinho da Força tomou a iniciativa de montar uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional). Por esse caminho, a burguesia decide sobre as organizações operárias. A burocracia sindical compartilha e auxilia no objetivo burguês de destruir o que resta da capacidade de luta classista dos sindicatos. Essa ofensiva anti-operária evidencia o quanto a traição ao combate às contrarreformas correspondeu a uma diretriz consciente da burocracia sindical, e a interesses próprios de casta, que se acha completamente subordinada à democracia burguesa.

24. Tudo indica que aprofundará a contradição entre as necessidades do proletariado e demais trabalhadores e a casta burocrática. Ou seja, entre as condições objetivas de decomposição do capitalismo e a política de contenção da luta de classes. Os obstáculos a um crescimento econômico vigoroso manterão o desemprego nos altos patamares e continuarão a empurrar milhões ao subemprego. O pequeno ganho do salário mínimo no governo de Lula foi dilapidado. Guedes pretende acabar com o reajuste obrigatório de acordo com a inflação. A renda média dos trabalhadores vem caindo. A implantação da reforma trabalhista, que comporta a desenfreada terceirização, redução da jornada com redução salarial, trabalho intermitente, etc., provocará maior insegurança à família operária e, em certa medida, à da classe média. Ainda está no início a destruição dos mecanismos de

proteção diante da superexploração da força de trabalho. É de esperar que a meta de Bolsonaro de reduzir a participação do Estado na garantia da educação pública, e incentivar o sistema privado, afetará uma ampla camada da classe média. Já é dramática a depredação da saúde pública. A desaceleração de programas sociais, como “Minha Casa, Minha Vida” e “Bolsa Família”, limitará programas sociais que tão somente amorteciam a vasta pobreza, miséria e fome. Está em andamento um projeto que acaba com a estabilidade do funcionalismo, visando a um rebaixamento dos salários – não os da casta de juizes, desembargadores, parlamentares, etc. –, e substituição dos estáveis por terceirizados. Temer iniciou a liquidação do programa de assentamentos agrários. Bolsonaro pretende ir mais longe, revertendo áreas conquistadas, pondo fim à demarcação de terras indígenas, e abrindo os territórios demarcados à penetração do grande capital. Temer e Bolsonaro contam com o recuo do MST, que praticamente abandonou o método das ocupações sob o governo de Lula e Dilma, num claro sinal de subserviência ao nacional-reformismo petista. O palavreado de governo popular e reforma agrária se desmanchou diante da crise. No lugar dos assentamentos, Bolsonaro prometeu aos latifundiários e ao agronegócio os “desassentamentos”. A dura experiência vivida pelos sem-terra e o recrudescimento da opressão latifundiária sobre os camponeses pobres põe às claras que a via de resolver essa tarefa democrática é a da revolução agrária, como parte e subproduto da revolução proletária. O que permite constituir o governo operário e camponês. Em todos os aspectos e esferas da vida social, os explorados arcam com a crise estrutural do capitalismo. De conjunto, essa situação alarga a polarização entre a minoria burguesa e a maioria oprimida. Os explorados estão obrigados a recorrer à luta. E, para avançar, têm de passar por cima das travas da burocracia sindical. A vanguarda deve trabalhar e se preparar para isso, lutando por constituir as direções classistas.

25. O enfrentamento às contrarreformas não cessa após a

sua aprovação no Congresso Nacional. A sua implantação traz consequências diárias. O tormento da terceirização vem despertando ódio nas fábricas. A instabilidade no emprego aterroriza as famílias. As massas se ressentem da desvalorização dos salários. O contingente que vai do emprego formal para a informalidade expõe a incapacidade do capitalismo de impulsionar as forças produtivas, e, conseqüentemente, precarizam-se brutalmente as relações de trabalho. A burocracia sindical se nega a levar os sindicatos a responderem com o programa da classe operária. Uma de suas frações mais importantes – a que controla a CUT – afirma que se trata do desenvolvimento tecnológico. E que se trata de encontrar um caminho para os sindicatos participarem das mudanças. Requebra o conhecido argumento burguês de que a classe operária não é mais a mesma, e que, por isso, o sindicalismo deve se adaptar às novas condições. No fundo, os burocratas pró-capitalistas e contrarrevolucionários pretendem negar a luta de classes, e ajustar sua política de colaboração de classes à democracia burguesa oligárquica, por meio da qual os exploradores estão impondo as contrarreformas. Eis aí expostas as raízes das duas traições. A luta da vanguarda se dá nesse terreno ideológico e prático.

26. As respostas classistas sistemáticas aos ataques da burguesia confluirão com as tendências de luta que não foram esmagadas pelas derrotas. As bandeiras de revogação das reformas trabalhista, da Previdência e Lei da Terceirização devem ser mantidas no alto. Os explorados poderão se guiar por elas, caso ganhem concretude na luta contra a terceirização, a quebra de direitos e as arbitrariedades patronais. A defesa dos empregos e dos salários é o caminho da unificação da maioria oprimida. A burocracia abandonou a reivindicação de redução da jornada sem redução dos salários e estabilidade no emprego. A vanguarda classista precisa propagandear e agitar, juntamente com a denúncia à política de colaboração da burocracia. Juntamente com a bandeira de revogação das contrarreformas, se coloca o fim de todos

os acordos de flexibilização capitalista de trabalho. As condições para que a classe operária entenda e assuma a bandeira de emprego a todos são melhores hoje que ontem. Não há melhor resposta prática que a escala móvel das horas de trabalho. Os milhões de desempregados e subempregados têm tudo para defender a divisão das horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho. No entanto, vemos que até mesmo correntes que no passado se pronunciaram a seu favor, em nome do Programa de Transição da IV Internacional, abandonaram a bandeira de escala móvel das horas de trabalho, quando muitos sacam eventualmente a de redução da jornada sem redução salarial. O mesmo diz respeito ao controle operário da produção, que deve ser propagandeado e agitado constantemente. No fechamento da Ford, vimos a gravidade da omissão da CSP-Conlutas e das correntes, ditas socialistas, que ainda se referem ao controle operário da produção. A deterioração da economia colocará a luta contra o desemprego no alto das reivindicações, como ocorreu nos anos de 1980 e 1990. Agora, dará o conteúdo da bandeira de revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

27. A tarefa de constituição de direções classistas nos sindicatos se manifesta imprescindível ao desenvolvimento da luta pela organização independente do proletariado e demais trabalhadores. Assumi-la com determinação é uma das condições essenciais para confluir o programa revolucionário com os instintos comunistas da classe operária. O avanço nesse sentido permitirá dar um salto na construção do partido marxista-leninista-trotskista. Embora não seja mecânica a relação entre a tarefa de conquistar posição nas bases sindicais e a de desenvolver o partido no seio do proletariado, os acontecimentos da luta de classes estão mostrando sua vigência e necessidade. Nesse terreno, dá-se o embate entre a linha política marxista e a reformista, entre a estratégia revolucionária e a de manutenção do capitalismo. Passamos pela experiência das duas traições em que se colocaram duas estratégias antagônicas, a do combate

à burguesia e seu governo, sob a bandeira do governo operário e camponês, encarnada pelo POR, e a de defesa da democracia burguesa, pela frente burocrática e a oposição reformista. O caráter embrionário do partido impossibilitou evidenciar aos explorados que a luta consequente pela derrubada das contrarreformas dependia da estratégia de poder que guiava o movimento. A estratégia reformista, de se opor aos ataques do governo nos marcos do Congresso Nacional, concluiria em derrota. Somente uma direção que tenha por fundamento e objetivo a revolução proletária pode desenvolver toda a potencialidade da luta das massas, e abrir caminho para o proletariado expressar seu instinto de revolta contra a opressão patronal. O reformismo age no sentido contrário. Vê perigos na amplitude do levante coletivo. Teme que as massas em luta não se limitem à democracia, e não acatem os resultados da votação no Congresso Nacional. Todos os passos dados pela burocracia estiveram sob os cálculos eleitorais, mesmo que as eleições ainda estivessem distantes. No fundo, esse é o motivo das direções unirem as centrais em uma frente burocrática. Os fatos expuseram sua estratégia burguesa de oposição parlamentar. É importante compreender a importância do POR ter participado ativamente dessa frente, sem a ela se subordinar, denunciar a sua estratégia, e contrapor-se com a estratégia própria da classe revolucionária, que é a do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. As direções classistas vão se erguer no movimento sindical encarnando, defendendo, explicando e demonstrando que a classe operária tem seu programa, constituído ao longo da história do capitalismo.

28. A defesa da vida das massas está interligada com as respostas às privatizações, à desnacionalização e ao alinhamento à política de Trump. As contrarreformas são uma das peças essenciais do programa antinacional de Bolsonaro. Se Guedes encontrar apoio do Congresso Nacional, levará às últimas consequências as privatizações. Mesmo que não consiga ir até o fim, deixará

o caminho aplainado para a entrega da Petrobras. Os privatistas-entreguistas, como o potencial candidato a presidente, João Doria, manifestaram a disposição de apoiar o fatiamento da Petrobras. A entrega do Pré-Sal está em pleno andamento. O que mais chamou a atenção foi a anuência dos militares em passar a Embraer para a Boeing, e assinar o acordo de cessão da Base de Alcântara aos Estados Unidos, sem que houvesse contestação e ação política de uma fração. O monolitismo pró-imperialista evidencia o quanto se extirpou da herança do nacionalismo burguês do período dos anos 20 aos dos 50. Os reformistas, pródigos em defensores da Soberania Nacional, insistem na possibilidade de barrar a ofensiva pró-imperialista no Congresso Nacional. Lançaram uma Frente Democrática de Defesa da Soberania e dos Direitos dos Trabalhadores. A burguesia está convencida de que compartilha seus interesses com os do imperialismo. O seu entrelaçamento com o capital financeiro e monopolista chegou a tal ponto que não há mais questão nacional. As frações que resguardam herança do nacionalismo e que são prejudicadas não estão dispostas a romper a dominação imperialista. Não custa nada, e tem algum valor eleitoral, como oposicionistas, reivindicarem-se da soberania. É sintomático o fato de se mostrarem prostrados diante da instalação em território brasileiro de uma base militar norte-americana. Ou a classe operária se põe de pé e resiste, ou a burguesia entregará todas as riquezas do país ao capital imperialista. Guedes não é um ministro da economia, é um vendilhão, escolhido a dedo pelo imperialismo norte-americano. E o Congresso Nacional não é um Congresso, mas uma cova de bandidos e de vendidos. A luta anti-imperialista pela independência nacional está na ordem do dia. A bandeira de reestatização, sem indenização, e controle operário da produção, dá-lhe o devido sentido. Para travar esse combate, é preciso organizar um movimento anti-imperialista, pela independência nacional, sob a forma de uma frente única anti-imperialista, dirigida pelo proletariado, e sob a estratégia do governo

- operário e camponês.
29. A interdependência do que se passa no Brasil com a América Latina salta aos olhos. A derrocada de conjunto dos governos nacional-reformistas cedeu lugar a governos francamente pró-imperialistas e, em grande medida, subordinados à ofensiva de Trump. A particularidade dessa onda está em que se instalam governos ditatoriais pela via da democracia. A utilização de golpe de Estado para derrubar governos se fez por meio dos parlamentos. A função de tais governos é a de aplicar as contrarreformas e medidas antinacionais, ditadas pela crise geral do capitalismo, e conduzidas pelo capital financeiro. O ciclo de ditaduras militares entre os anos de 1960 e 1980 deixou marcas profundas. O ciclo do nacional reformismo se constituiu tendo por base essa experiência. A sua bandeira foi a de deixar para trás os horrores dos governos militares – com destaque ao fascismo pinochetista – e abrir um novo período de reformas democrático-populares. Desde a crise aberta em 2008, já não havia como sustentar governos que se equilibravam entre os interesses das frações burguesas nacionais e do imperialismo. A virada à ultradireita logo sofreu um primeiro baque com a derrota na Argentina e a volta do peronismo. O que se deu na situação em que os explorados rechaçavam a política pró-imperialista de Macri com seus métodos próprios de luta. As contrarreformas - nas condições de alto desemprego, crescimento da miséria e pauperização da classe média - obrigam as massas a se defenderem. No entanto, ainda estão sob o controle do aparato sindical e político do nacional-reformismo, que se encontram amarrados à democracia em decomposição, e submetidos à direitização geral da burguesia. Não podem oferecer soluções para as profundas contradições do capitalismo, e estancar o avanço da barbárie.
30. Crescem as possibilidades de se formarem situações convulsivas, pré-revolucionárias e revolucionárias. O papel do nacional-reformismo é o de evitar o choque do proletariado com a burguesia, seu governo e o imperia-

lismo. Cada vez mais, porém, a capacidade de canalização da revolta das massas se reduz, tanto devido à gravidade social, quanto às experiências com as traições. Observa-se que a política do reformismo e a do centrismo não tem como evitar crises em suas fileiras. O desenvolvimento do programa da revolução proletária, pela vanguarda porista, nas condições concretas, que exigem a tática justa, tem tudo para impulsionar a tarefa de superação da crise de direção revolucionária. Há que aplicar, de acordo com as exigências do momento, o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. As respostas particulares à decomposição do capitalismo em cada país devem corresponder ao internacionalismo proletário. A experiência do fracasso do nacional-reformismo na Venezuela é a que mais clareia a impossibilidade da burguesia nacional quebrar o cerco de ferro da dominação. Essa experiência se entrelaça às demais no Brasil, Argentina, Bolívia, México, Equador, etc. O avanço da construção do POR no Brasil contribuirá imensamente para fortalecer o Comitê de Enlace e a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org
